



## A Evolução na Educação dos Surdos no Brasil

*Maria Lúcia Coêlho<sup>1</sup>; Joelson Rodrigues Miguel<sup>2</sup>*

**Resumo:** O estudo reflete as concepções históricas e significativas no processo da educação inclusiva dos discentes surdos. A escolha do tema evidencia a importância dessas práticas na aprendizagem e inclusão educativa dos surdos. Trata-se de uma revisão integrativa à partir dos seguintes autores: Silva (2018) Sobre a Transdisciplinaridade, complexidade e a produção de conhecimentos pertinentes para a inclusão educacional; Domingos (2014) que destaca as práticas pedagógicas de inserção de discentes surdos; Moran (2000) evidencia a perspectiva do ensino aberto às diferenças e a capacidade do aluno superar dificuldades; Vieira e Molina (2018) manifestam-se quanto à gestão e ensino a surdos. Quanto à educação do discente surdo na contemporaneidade, Slomski (2019) evidencia a leitura bilíngue para o surdo e, a aprendizagem da escrita e leitura de mundo. Os resultados nos levaram a crer que é fundamental o olhar do professor e de toda a equipe escolar para o público da educação especial. Não apenas como um direito e uma garantia legal, mas pela necessidade de integrar essa parcela da população escolar.

**Palavras-chave:** Práticas Pedagógicas. Educação do surdo. Inclusão.

## The Evolution on Deaf Education in Brazil

**Abstract:** The study reflects the historical and significant conceptions in the process of inclusive education for deaf students. The choice of the theme highlights the importance of these practices in the learning and educational inclusion of the deaf. It is an integrative review from the following authors: Silva (2018) On Transdisciplinarity, complexity and the production of knowledge relevant to educational inclusion; Domingos (2014) that highlights the pedagogical practices of inserting deaf students; Moran (2000) highlights the perspective of teaching open to differences and the student's ability to overcome difficulties; Vieira and Molina (2018) speak out about the management and teaching of the deaf. As for the education of deaf students in contemporary times, Slomski (2019) highlights bilingual reading for the deaf and learning to write and read the world. The results led us to believe that the view of the teacher and the entire school team for the special education public is fundamental. Not just as a right and a legal guarantee but because of the need to integrate this portion of the school population.

**Keywords:** Pedagogical Practices. Deaf education. Inclusion.

### Introdução

As céleres transformações ocorridas na história da educação brasileira exigem inovações institucionais e profissionais de modo condizente com as demandas da Educação contemporânea, de forma a atender as especificidades do âmbito escolar.

<sup>1</sup> Mestrado em Educação pela Florida Christian University, Orlando, Flórida, USA.

<sup>2</sup> Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Asunción – PY. Pós-Doutorado pela Universidade Autónoma de Asunción – PY. Pós-Doutorando pela Florida Christian University. Participa dos programas de Educação EAD, Education Without Borders Program. Orientador de Dissertações e Teses pela Florida Christian University. Autor correspondente: joelsonrmiguel@hotmail.com.

Neste contexto a preparação dos discentes para o mercado de trabalho e para a contribuição à sociedade, torna-se essencial para a concretização das mudanças.

No contexto atual do processo de globalização e com a entrada nos modernos recursos tecnológicos, as escolas e professores precisam aderir às exigências da modernidade mediante práticas pedagógicas significativas que propiciem a inclusão dos discentes igualmente.

O aperfeiçoamento sistemático dos conhecimentos do educador para o exercício das práticas inovadoras através da formação continuada é imprescindível em razão do importante papel que assume diante da comunidade escolar e da sociedade na formação dos discentes com surdez, no enfrentamento dos desafios impostos no sistema social e das competições de mercado. Neste entendimento, este estudo discute a evolução na educação dos surdos no Brasil

O papel do educador é essencial na produção de conhecimentos, contribuindo para a aprendizagem e construção de um ambiente de reconhecimento das diferenças individuais e sem discriminação.

Utilizou-se uma revisão integrativa, à partir dos seguintes autores: Silva (2017) nas concepções históricas da educação de surdos, terminologias e restrições na participação plena e efetiva da pessoa com deficiência. Amorim (2019) que destaca as práticas pedagógicas de inserção de discentes surdos, mencionando a inclusão não somente de alunos com deficiência, mas, a inclusão de todos; Quanto às metodologias de ensino no processo de inclusão, Gaio e Meneghetti (2012) evidenciam a perspectiva do ensino aberto às diferenças e a capacidade do aluno superar dificuldades. No que tange à importância da formação continuada na escola inclusiva, Carneiro Carboni (2013) manifesta-se quanto à gestão e ensino a surdos. Quanto à educação do discente surdo na contemporaneidade, Salles (2004) evidencia a leitura no ensino de português, segunda língua do surdo e, a aprendizagem da escrita e leitura de mundo.

## **Concepções Históricas na Educação de Surdos**

No decorrer da história, os surdos, assim como outras pessoas com deficiência, apresentavam alguma resistência de aceitação pela sociedade, sendo discriminados. Viviam, na marginalidade social e, sem espaço legal para conquistar a leitura e os conhecimentos.

A legislação pátria veio com o passar do tempo para permitir o direito à cidadania e a possibilidade do surdo em frequentar a escola, ensejando as transformações gradativas para a construção e apropriação de conhecimentos no processo de trabalho do professor.

Quanto à inclusão dos alunos surdos excluídos, ainda hoje, é uma mudança paulatina, exigindo a preparação do corpo docente para ações significativas na educação especial na busca das garantias legais e do alcance desse objetivo. As oportunidades oferecidas às pessoas com limitações no decorrer dos tempos têm sido bastante reduzidas e ineficazes na aprendizagem e na convivência integrada e a escola ainda vem apresentando formas sistemáticas de exclusão.

Basso (2012) trata sobre a resistência ao processo de inclusão:

Oferecer condições de igualdade é questão complexa, entretanto, quando se trata de refletir sobre a ampliação das garantias legais e reais de acesso das pessoas com deficiência à escola comum, de forma justa e democrática, é preciso, ainda, superar grande abismo criado historicamente no imaginário coletivo da população em geral [...] que possui significativo receio e resistência à inclusão dessas pessoas [...] (BASSO, p. 2, 2012).

É ainda presente a ideia de exclusão de pessoas com qualquer situação de deficiência que foi historicamente construída na sociedade, havendo contradições e obstáculos para a prática de resistir.

Na atualidade a educação como garantia de direitos de igualdade, liberdade, direito ao ensino e, a não discriminação, tem sua base fundamental nas leis pertinentes à Política da Educação, entretanto, a educação especial somente foi implantada nas escolas brasileiras a partir do século XIX.

Nesse sentido, o autor Antunes (2014) manifesta seu entendimento acerca da forma de ensinar e de aprender:

Durante muitos anos, acreditava-se que o professor deveria ser o centro do processo de aprendizagem e, o aluno apenas o receptor que somente aprendia quando se sentia apto para repetir as lições que memorizava (ANTUNES, 2014, p. 17).

Na escola arcaica o professor era considerado o centro da sapiência e do processo educacional enquanto o aluno era apenas aprendiz sem direito a participação. Era uma aprendizagem não democrática e de sujeição às ordens do educador, conforme normas educacionais do momento histórico.

O surgimento da educação especial foi um avanço significativo para que hoje fosse pensada a inclusão dos alunos com qualquer forma de limitação para a aprendizagem, enquanto direito constitucional.

E, diante da era da globalização as formas inovadoras do ensino vêm gradativamente criando novos contornos na perspectiva de exercerem efeitos positivos no desenvolvimento das atividades educacionais de inclusão dos discentes surdos. A visão de ensino tradicional

representava o aluno receptor, o saber do Mestre e, do silêncio, o que foi mudado com o surgimento da Escola Nova que eclodiu no século XX e colocou o aluno como eixo central do ensino, buscando aulas de excelência com ênfase no estímulo à aprendizagem do aluno, ao protagonismo e à oportunidade de pensar, refletir, argumentar, descobrir, receber e dominar os conhecimentos adquiridos (ANTUNES, *ibidem*, 2014, p. 17, 18).

As opções de métodos e de recursos tecnológicos a serem utilizados na prática docente são fatores que concorrem para a educação inclusiva no âmbito escolar e social desses alunos, no contexto coletivo de aprendizagem e na convivência social.

As adaptações curriculares como alternativas operacionais para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem tem a ótica de eliminar barreiras da aprendizagem, uma vez que existem vários meios de superação destes óbices. Neste viés (FREIRE, 2002, p 15) manifesta-se: “O saber se faz através de uma superação constante”. A redução desse entrave é importante para o exercício da igualdade de condições de acesso à escola e à inclusão social. No processo de superação surge o reconhecimento da oficialização da linguagem Libras de grande relevância para a educação do discente surdo.

Nesta concepção a autora Giroto, faz menção histórica acerca da importância do ensino de Libras:

Vale destacar [...] as mediações instituídas pelas relações dialógicas estabelecidas entre professores, intérpretes e surdos, [...] determinantes dos processos de ensino aprendizagem [...]. Sustentada no reconhecimento da diversidade linguística entre surdos e ouvintes, a oficialização da Libras como língua nacional representou um marco importante na educação do surdo, pois, dentre outras implicações, contribuiu para a difusão de seu uso em diferentes níveis de formação regular [...] desde a década de 2000, discursos e movimentos envolvidos com a inclusão passaram a ganhar novos contornos, ocorrendo um alargamento no entendimento da educação dos surdos como um direito relacionado ao exercício da cidadania [...] (GIROTO 2012, p.84).

A educação inclusiva representa um dos direitos no que tange à busca de eliminar o processo discriminatório e a falta de oportunidades aos discentes em especial àqueles com qualquer limitação de aprendizagem como no caso, os discentes com surdez. A Política Pública da Educação consta de disposições legais para viabilizar a formação de alunos e promover a inclusão escolar daqueles com as mais diversas limitações na construção de conhecimentos e no exercício de direitos de cidadanias.

O acesso ao ensino regular garantido na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 2010), bem como outros direitos, são pertinentes a todos os alunos. Para tanto, as escolas engajam-se para a busca de estrutura adequada de espaço,

organização, recursos e prática da educação inclusiva, permitindo a igualdade de direitos, ao discente com surdez e a todos.

O sistema inclusivo e protetivo contra as discriminações são garantias previstas na Política da Educação e nas leis pertinentes considerando que o processo discriminatório da comunidade escolar e da sociedade é um dos entraves ao longo da história.

Nesta concepção, a transmissão de conhecimentos aos alunos com surdez necessita dos meios que permitam inseri-los na vida escolar e social, de forma participativa, interativa e cidadã.

Em relação às práticas históricas do docente, Vieira e Molina (2018), relatam:

Ao analisar as práticas desenvolvidas na abordagem Oralista, faz-se necessário compreender o momento histórico em que ele ocorre, as propostas pedagógicas da época, buscando não emitir juízos de valores atuais, porque, à época, esses eram os métodos mais evoluídos e que possibilitariam melhores resultados, pensando na reabilitação (VIEIRA e, MOLINA, 2018, p. 9).

Nesse momento histórico a abordagem educacional do Oralismo, que priorizava a fala e a reabilitação de surdos e, que ainda hoje é utilizada, era necessária para fazê-los falar ainda que com dificuldades, entretanto, para a época era o método considerado avançado.

As terminologias eram discriminatórias e prejudiciais à participação desse segmento social, o que ainda ocorre neste século, embora as tentativas de mudanças vêm gradativamente avançando.

Nesta concepção, a autora Silva (2018) destaca a conotação dessas terminologias:

Com as várias mudanças de terminologia na evolução histórica [...], tanto na escola quanto nas demais instâncias sociais [...] “denota falha, incompletude, imperfeição, incapacidade ou inadequação à sociedade” [...] traz implicações que, associadas às barreiras atitudinais, podem restringir a participação plena e efetiva da pessoa nessa condição [...] (SILVA, 2018, p. 26, 27).

A dinâmica do ensino construído ao longo da história, passa do ensino puramente tradicional para uma prática que exige novos arranjos operacionais do docente visando à inclusão do aluno com a limitação da surdez na convivência escolar e na sociedade.

Neste sentido, as intervenções do educador tem grande importância na busca do processo inclusivo e no despertar nos discentes o sentido de respeito às diferenças e no combate ao preconceito que vem ao longo dos tempos. A sensibilidade do docente na observação dos perfis dos discentes e a adequação de métodos e técnicas de ensino que favoreça a participação e a integração é importante na proposta de inclusão tendo em vista que cada educando tem suas demandas escolares e, o aluno surdo não é diferente, precisando de um suporte estratégico de

práticas, recursos didáticos que atendam suas peculiaridades individuais e limitações na aprendizagem.

Na atualidade os discentes com surdez ainda são considerados como excluídos pelos preconceitos e segregação e são perceptíveis na sociedade por esse processo excludente histórico e as oportunidades de tratamento igualitário na sociedade são reduzidas chegando ao sistema escolar onde também há exclusão.

No aspecto cultural, os registros históricos dos sujeitos surdos, demonstram descasos e exclusões, chegando ao exagero do extermínio das anormalidades, cuja punição foi desfeita na Idade Média pela Igreja que passou a condenar essa prática, dando causas sobrenaturais às consideradas anormalidades desses indivíduos (RODRIGUES, 2008, [s.l], [s.n]).

Diante desse quadro tem sido buscado um tratamento mais humanizado com o objetivo de promover a dignidade humana no transcorrer do tempo, quando a educação tradicional cede lugar aos avanços nas formas de construir conhecimentos nos padrões da educação atual, configurando nova dinâmica no sistema de ensino e aprendizagem dos surdos.

A proposta de educação para surdos vem sendo bastante difundida no Brasil e avançando pelo mundo numa perspectiva de enfrentamento das grandes dificuldades de democratização no âmbito da educação dos surdos e no reconhecimento da política voltada às diferenças.

Na atualidade ficou constatado de que a ausência da fala não impede o desenvolvimento intelectual do surdo e a Língua de Sinais permite a superação da necessidade de comunicação, associada ao trabalho no contexto familiar e nas interações sociais e não isoladamente no ambiente escolar o que confirma Slomski, (2019). [...] onde esteja presente o bilinguismo a linguagem deve ser percebida como forma de interação social, como um fenômeno social e histórico (SLOMSKI, Ibidem, 2019, p. 44).

O novo modelo de ensino tem buscado a compatibilização com o novo momento, diante do processo ultrapassado do ensino arcaico. A tecnologia hoje faz parte do ensino de excelência e deve ser inserida como forma de ensino dinâmico e atual.

Para tanto, as práticas docentes devem constar de formas adequadas às necessidades do aluno surdo, sendo motivadoras e facilitadoras no processo de transmissão de conhecimentos visando à garantia da absorção do conteúdo, a interação social e a inclusão deste no contexto escolar e da sociedade.

As formas convencionais de ensino ficaram ultrapassadas com o advento do sistema tecnológico. Com as mudanças da era moderna, é visível que: “A Internet, os notebooks, a

educação à distância, [...]” e tantas outras formas de transmitir conhecimentos, são as novas exigências do momento tecnológico nas práticas escolares (MORAN, 2000, p. 9).

Nesse sentido, o educador precisa ser atento às peculiaridades que afetam os alunos com surdez, visando promover a educação inclusiva e reconhecer a importância do investimento na capacitação e práticas docentes para a atuação dentro dos parâmetros do ensino inclusivo.

A autora Mantoan (2004) reforça essa visão em suas preleções:

No cotidiano da prática docente os professores [...] quando se deparam com alunos com necessidades educacionais específicas em sala de aula, passam por momentos desafiadores, sentem-se perdidos, angustiados em não terem uma formação específica para trabalhar com esses alunos (MANTOAN, 2004, p.12).

A prática docente hodierna impõe ações diferenciadas que exigem um processo de capacitação, tendo em vista as dificuldades no ensino de discentes com necessidades educacionais específicas.

Este é um desafio que os educadores precisam enfrentar mediante a participação na formação continuada, e adoção de propostas metodológicas condizentes com a realidade, para evitar os riscos de um ensino ineficiente.

Nesta lógica, dentre as metodologias eficazes para o momento de avanços e diante da competência linguística dos alunos com surdez está a língua de sinais, reconhecida para as atividades em sala de aula e para o desenvolvimento de suas capacidades.

Na concepção de Moacir Carneiro (2013) pode-se traduzir acerca da língua de sinais no contexto histórico:

A língua de sinais é um meio de comunicação que, diferente das línguas orais que se estabelecem por meio do canal auditivo-verbal, se estabelece pelo canal espaço-visual. Apesar de historicamente ter sido usada por comunidades surdas, seu reconhecimento enquanto língua é recente (CARNEIRO, 2013, p 138).

A nova metodologia de ensino tem inovado com a introdução da língua de sinais, a qual contribui como meio eficaz no processo de ensino e aprendizagem. A língua de sinais é o meio significativo de aprendizagem do educando com surdez e, tem sido evidenciada a necessidade de aplicação desse método com a presença do intérprete de Libras na escola, embora os professores por muito tempo tenham se negado a reconhecer a importância da língua do surdo.

O método oral tem dominado a educação de surdos por várias décadas, e neste século têm evoluído significativamente, impondo uma abordagem mais ampla de ouvinte ao discente com surdez, no entanto as mudanças nas formas de ensinar exigem novas práticas pedagógicas

que permitam ao discente surdo a superação dos limites na capacidade de exercer suas atividades do cotidiano.

Neste sentido, Gomes (2012) preleciona o seguinte:

A aceitação da diversidade exige o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada. A escola de hoje confronta-se com uma heterogeneidade social e cultural. Esta realidade implica uma outra concepção de organização escolar, que ultrapasse a via da uniformidade e reconheça o direito à diferença. É preciso agir [...] ao nível das práticas pedagógicas, das estruturas e organização das escolas (GOMES, 2012, p. 33).

O professor em sua prática social tem papel fundamental no entendimento das diferenças percebendo cada educando como ser único, para que este também possa contribuir com protagonista na superação do processo discriminatório e assume a atitude profissional de inserir os métodos atuais e adequados no sentido de alcançar resultados significativos na educação do aluno surdo.

Nestes moldes, considera-se a educação um processo que garante o direito a participação de todos, incluindo a população surda no âmbito escolar e no projeto atual de educação inclusiva.

O autor Bordignon (2009) em sua manifestação sobre a educação brasileira considera:

A organização da educação brasileira, na perspectiva sistêmica aparece pela primeira vez no Brasil [...] sob a inspiração dos Pioneiros da Educação Nova. Concebendo a educação com visão de totalidade e como fundamento de um projeto nacional de cidadania, apontavam como causas da situação educacional, então considerada caótica, a sua fragmentação e a falta de unidade em termos de educação brasileira (BORDIGNON, 2009, p. 29).

O processo educativo não é um processo estanque, mas, tem a perspectiva de trabalho interligado entre atores sociais e sem fragmentação das disciplinas, dentro de uma conotação de mudanças reais de visão do todo na educação que atenda a necessidade de conhecimentos amplos de mundo e de realidade aos discentes com surdez.

O sentido didático, volta-se para o ensino e aprendizagem e as práticas de ensino na sala de aula, enfatizando a articulação entre teoria e prática na proposta educacional para o aluno com ou sem surdez e na construção de conhecimento significativo.

Segundo SILVA, Neusa (2018) a educação sofreu mudanças no aspecto humano e do modelo de conhecimento:

Os sistemas educativos, hoje, refletem também o movimento da ciência com a proposição de fragmentação do todo. As escolas foram organizadas a partir do modelo conservador dividindo o conhecimento em áreas, caracterizando um currículo linear,

subdividido em períodos e disciplinas que possibilitaram ao professor um trabalho isolado em suas especialidades SILVA, Neusa, 2018, p. 142).

Os sistemas educativos da modernidade exigem ações compartilhadas nas várias especialidades e um currículo integrado que permita visão múltipla das disciplinas num contexto amplo de visibilidade do real no conjunto das percepções de cada disciplina de forma a fortalecer o conhecimento acerca da convivência humana e dos acontecimentos.

Nos últimos anos a educação deixou o conhecimento fragmentado para voltar-se aos problemas contemporâneos numa visão humanística de concepção das diferenças. A educação precisa de cuidar do todo interligado, em razão de que o repasse de conhecimentos não pode ser estanque, ou seja, cada disciplina isolada em seu contexto, mas, acompanhar o dinamismo da atualidade com o repasse de conteúdos que atendam as nuances do mundo e da convivência humana.

A visão de totalidade e de coletivo permite avanços e perspectivas inovadoras com projeções de futuro, mediante a contribuição e da participação de todos que fazem parte do projeto educativo de inclusão.

A função da escola é proporcionar a educação formal e neste contexto todos os atores são essenciais para o alcance dos objetivos da aprendizagem, da inclusão social e preparação para o enfrentamento obstáculos existenciais dos alunos com surdez e a todos os educandos enquanto direito de cidadania.

Este perfil do educador oportuniza a interação com os alunos, a promoção da igualdade de direitos e do ensino inclusivo, mediante uma pedagogia ajustada às demandas em suas variedades. E é nesta prática que o aluno surdo supera suas dificuldades e tem um bom rendimento escolar no contexto dos demais educandos.

A educação brasileira tem problemas históricos que precisam ser superados nos ideais pedagógicos e nos conhecimentos a serem socializados pelo educador. O sistema educacional busca alcançar a finalidade do ensino e aprendizagem que atenda a todos atingindo a equidade e o respeito às diversidades dos educandos.

A educação é um processo paulatino e permanente presente no sistema atual de ensino cujas áreas diferenciadas de ações envolve vários atores sociais desde os gestores da escola, professores, coordenadores escolares e outras pessoas envolvidas na dinâmica escolar.

Conforme Lück (2012) sobre a educação e a escola participativa:

A “educação é um processo longo e contínuo”. Esta afirmação [...] sugere que é a continuidade e a consistência das ações educacionais que produzem resultado

significativo de médio e longo prazos. [...] orientado por uma visão de conjunto e de futuro (LÜCK, 2012, p. 81).

A escola arcaica deu acesso ao modelo contemporâneo na educação de alunos surdos, sem esquecer as normativas voltadas para os outros alunos ouvintes sem estas limitações.

Na educação especializada a estratégia de socialização permite a aproximação do aluno com surdez, e com outras deficiências ao educador e aos processos de cognição e comportamentos considerados de referência para a melhor recepção de conhecimentos.

Neste sentido Ziesmann, Batista e Lepke (2019), sinalizaram sobre o processo de socialização e de inclusão no ensino moderno:

A inclusão escolar está muito próxima da normalização dos sujeitos, muito embora a escola tenha aberto suas portas para as pessoas com deficiências, isso não significa que ela tenha abandonado as matrizes da escola moderna fundada na ordem e na normalidade (ZIESMANN, BATISTA e LEPKE, 2019, p.170).

A escola atual não eliminou todas as formas de ensino tradicional, mas adotou muitas práticas que deram resultados positivos no passado, permitindo a participação de alunos surdos, no entanto obedecendo as exigências da escola atual.

A trajetória de luta para resgate da história da educação do surdo tem sido evidente e importante para o entendimento das diversidades e para as conquistas no âmbito educacional, oportunizando novas práticas pedagógicas que facilitem o processo de ensino e aprendizagem e de inclusão.

Os debates das últimas décadas em relação às políticas públicas direcionadas para a inclusão escolar é uma forma de reconhecimento das diversidades e da preocupação voltada para a educação inclusiva que gradativamente vai assimilando o caráter significativo da proposta educativa especial.

A prática da educação especializada deve constar do Projeto de Políticas Pedagógicas escolares no ensino regular, requerendo do professor uma formação específica para reconhecer, respeitar e agir conforme a singularidade dos alunos com surdez.

Neste entendimento, Souza e Lorens (2019) prelecionam acerca dos discursos de inclusão:

O movimento para inclusão envolve debates paradigmáticos com articulações no âmbito mundial. No Brasil, somente nas últimas décadas as discussões e preocupações popularizaram-se, acarretando na estruturação de políticas públicas educacionais para inclusão escolar de alunos com necessidades especiais [...] baseiam-se em princípios de igualdade de oportunidade fundamental numa filosofia que reconhece e aceita as diferenças [...] SOUZA e LORENS, 2019, p 73).

Nesta perspectiva, as diretrizes da educação especial fundamentam-se na concepção da educação inclusiva, através da execução de propostas de ensino voltada para esse objetivo e nas práticas pedagógicas que promovam o acesso à aprendizagem, aceitação das diferenças e no reconhecimento de que o processo inclusivo requer: “convívio escolar, embasado no respeito à diversidade e formas pluralizadas de convivência” (SOUZA e LORENS, *ibidem*, 2019, p. 74). Nesta dimensão, os princípios para o atendimento às diversidades, rejeitam as práticas de exclusão, significando o avanço na Política de Educação Especial.

Neste sentido, ZIESMANN (2017), preleciona acerca do resgate educacional do aluno surdo, contribuindo para a compreensão histórica desse segmento social.

Muito se discute sobre a necessidade de superar práticas pedagógicas que não atendam às necessidades individuais dos estudantes, especialmente aqueles com deficiência, com questionável papel formador para a cidadania. [...] uma educação [...], que possibilite participação e intervenção consciente nas decisões que os indivíduos devem tomar na sociedade [...] (ZIESMANN, 2017, p. 16).

Nessa perspectiva a luta do aluno surdo para conquistar seu espaço enquanto cidadão é o grande enfoque da atualidade, criando uma exigência da participação docente em cursos de formação inicial e continuada visando a sua formação específica para um acolhimento competente e significativo das diversidades.

Os desafios das mudanças se atrelam ao contexto de formação dos professores, considerando que o processo inclusivo consta da vivência de interação entre pessoas com surdez.

Esses desafios e exigem estratégias de convivência escolar que permitam a capacidade de ação e de aprendizagem do educando.

Nesta performance, a escola e o docente têm funções mediadoras na formação e consolidação de valores que promovam o processo inclusivo dos sujeitos, não inibindo o enfrentamento das contradições e diversidades.

Nos últimos anos tem sido uma tendência de discursos inclusivos nas propostas da Política educacional no sentido de reduzir as desigualdades e exclusões sociais dos alunos surdos, realçando a garantia do direito à educação a todos. Neste contexto, Rigo (2019) enfatiza que: “A inclusão é uma afirmação do direito de pertencimento social e de reconhecimento das diferenças, as quais sempre estiveram condenadas ao preconceito e à discriminação” (RIGO, 2019, p. 160).

Nesta perspectiva a inclusão foi introduzida nos currículos e nas ações pedagógicas com o objetivo de viabilizar as relações sociais, fortalecendo o respeito às diversidades e a melhor forma de ensinar e de receber os ensinamentos.

Conforme KALATAI (2016) em relação à comunicação considerada total, enquanto abordagem alternativa.

A comunicação total não veio para negar a filosofia vigente, mas para somar-se a ela propondo abordagens alternativas na expressividade da pessoa surda, onde ela possa trocar ideias, sentimentos e informações. Esta metodologia também não surtiu efeito, pois o uso simultâneo de duas línguas (a fala e os sinais) dificultava a aprendizagem dos surdos e criava dificuldade de comunicação e interpretação [...] KALATAI, 2016, p.13).

Neste contexto da filosofia da Comunicação Total, diferente do oralismo, o aluno surdo comunica-se de forma interativa, pois, o aprendizado da língua oral isoladamente não é suficiente para o pleno desenvolvimento do aluno.

A percepção acerca da importância da educação inclusiva a partir da comunicação, representa o dever estatal e da sociedade civil e a escola. Nesta visão o Estado e a sociedade, representam a escola no dever de inserir o aluno com alguma dificuldade no meio social e escolar de forma que este possa usufruir desses bens e espaços sociais legalmente previstos como direito ao exercício de cidadania.

A valorização da comunicação, da interação e a utilização de outros recursos linguísticos, além do compartilhamento com a família enquanto aliada é de grande significado para o desenvolvimento deste aluno.

A aprendizagem no conjunto dos demais alunos exige a forma compartilhada e ativa que facilite a organização de ideias e do conhecimento, em razão da reação aos estímulos do ambiente e da comunicação.

Os atributos da língua oral facilitam o sucesso da aprendizagem, valorizando o aluno surdo em seus limites e potencialidades e na participação mais ampla com o aluno ouvinte no âmbito escolar e social, construindo um convívio harmônico com as diferenças e uma educação inclusiva.

Segundo ZANONI e SANTOS (2014) em relação à comunicação total e interação dos alunos surdos há a compreensão:

A Comunicação Total, enfim, encontra-se ao meio dessas duas importantes vertentes: o Oralismo e o Bilinguismo. [...] através do acesso à língua oral e aos sinais, a Comunicação Total torna-se bimodal, ou seja, refere-se a uma língua produzida em duas modalidades: oral e gestual. Por ser uma mescla de oralização, Língua de Sinais,

gestos e escrita, a Comunicação Total ainda permanece presente em muitas interações comunicacionais da atualidade, sendo utilizada principalmente na comunicação entre surdos e ouvintes e entre surdos oralizados e surdos conhecedores da Língua de Sinais (ZANONI e SANTOS, 2014, p. 5).

O formato de comunicação nas filosofias educacionais entre indivíduos que não possuem a mesma língua e a forma de conhecer o mundo incide na proposta de desenvolvimento dos métodos: Oralização, Língua de Sinais ou o Bilinguismo e a Comunicação Total, sendo este o método que na atualidade permite a comunicação mútua entre alunos surdos e não surdos.

A conclusão dos autores Fávero e Pimenta (2006) acerca da aquisição da linguagem é que seguem uma forma sistemática:

[...]podemos dizer que os processos de aquisição da linguagem, seguem uma ordem [...] utilizam gestos diretos no primeiro período desta aquisição[...] em períodos posteriores, cedem lugar aos gestos referenciais, aos sinais no caso dos surdos e às palavras (orais), no caso dos ouvintes. Os gestos referenciais podem ser chamados de signos [...] construídos em um processo de interação. Assim, os gestos, os sinais e as palavras formam esquemas complexos, tanto para os surdos como para os ouvintes, sustentados a partir das interações estabelecidas (FÁVERO e PIMENTA, 2006, [s.n]).

Com relação ao bilinguismo, acredita-se que o aluno surdo deve se educado duplamente, com a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa escrita para possibilitar a expressão segura, pois a linguagem escrita representa limites para o aluno surdo, uma vez que aprende mais pela forma visual do que por modo sonoro ou de palavras.

O aluno surdo tem capacidade para desenvolver-se no aspecto linguístico desde que atendidas as suas necessidades de comunicação. Existem mudanças qualitativas das ações que o aluno com surdez desempenha no decorrer do processo de aquisição linguística com a linguagem viso-espacial tem maiores progressos na aprendizagem, sendo mais acessível que a linguagem oral.

A Língua de Sinais é significativa para a aprendizagem do aluno surdo permitindo o alcance de sua identidade e o sentido de ser parte da cultura surda obtendo com a prática a promoção cognitiva. A família, os docentes e toda a comunidade escolar são importantes na perspectiva de viabilizar essa internalização, favorecendo o processo de aprendizagem.

Gonçalves e Festa (2013) prelecionam sobre a metodologia do professor no ensino de alunos surdos em relação às suas especificidades:

Para que o aluno Surdo possa ter sucesso em sua vida escolar, faz-se necessário que o professor regente tenha conhecimento acerca das singularidades linguísticas e culturais desse aluno (GONÇALVES E FESTA, 2013, p. 6).

O sistema escolar encontra-se em constante mudanças e adequação às exigências educacionais contemporâneas, considerando que a escola é considerada o espaço disseminador do saber e das transformações.

As mudanças hodiernas na sociedade devem ser refletidas no ambiente escolar visando conectar o estudo à realidade presente no contexto de mundo.

Nesse entendimento, Zaniolo e Dali'acqua (2012) manifestam-se em relação às adequações necessárias da escola para voltar-se à garantia de direitos:

E assim como a sociedade, a escola também muda para adequar-se às necessidades e transformações do mundo da qual ela faz parte. [...] a escola, para seguir essa nova realidade, precisa oferecer alternativas educacionais que englobem educação de qualidade para todos, o respeito às legislações para garantir a igualdade de direitos, respeitando as diferenças de cada indivíduo desde a sua infância [...] (ZANIOLO; DALI'ACQUA, 2012, p. 125).

A escola precisa adequar-se à realidade e às exigências de mudanças buscando alternativas de qualidade para o atendimento a todo os discentes. O conhecimento das dificuldades dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, os materiais pedagógicos adequados às demandas, além do ambiente de boas relações sociais são importantes para tornar possível o processo inclusivo e o estímulo de aprender.

A realidade tem demonstrado que na escola regular de ensino o ingresso de alunos com surdez tem crescido significativamente o que gera uma preocupação da sociedade e do Estado considerando a estrutura operacional da escola e a qualidade imprimida ao ensino atual que ainda não é a desejada.

Os anos iniciais na escola consolidam uma trajetória de aprendizado gradativo e acumulação de conhecimentos e experiências que farão diferença no conteúdo de desenvolvimento de aprendizagem na fase adulta (ibidem ZANIOLO e DALI'ACQUA, p. 115, 2012).

As estratégias de ensino são algumas formas de favorecer o aproveitamento escolar e possibilitar o sucesso da aprendizagem dos alunos com surdez e aos demais alunos ouvintes.

Segundo Domingos (2014) a linguagem tem um significado muito grande para o homem:

O ser humano se vale da comunicação para atuar como integrante e participativo de um universo no qual a linguagem é a mediadora e para tal utiliza-se a fala. No entanto, há casos em que é impossível desenvolver essa habilidade e consequentemente a falta de comunicação torna-se obstáculo nas relações humanas (DOMINGOS, 2014, p. 3).

O indivíduo surdo tem direito a sua língua materna sendo uma imposição natural a necessidade de uma segunda língua, e negar esse direito é desconsiderar as dificuldades desse acesso, é negar o direito de convivência com seus pares.

O aluno ouvinte desenvolve a comunicação de forma natural, em razão de ter esse contato desde que nasce, diferente do aluno com surdez que têm óbices com o som. Nesta dinâmica a Língua Brasileira de Sinais – Libras, é o meio que pode sanar as dificuldades enfrentadas pelo surdo permitindo que este possa construir sua identidade em meio à cultura diferenciada.

Neste sentido, Carneiro e Zaniolo (2014) tratam sobre o direito de acesso ao ensino:

Em meio às lutas político-sociais para a garantia de vida, trabalho e desenvolvimento humano, a educação traz em sua história a noção de que todos têm o direito a ter acesso ao conhecimento, de desenvolver em sua totalidade, sendo respeitados, participantes e procurando exercer suas diferenças individuais e a igualdade de oportunidades diante do mundo CARNEIRO e ZANIOLO, 2014, p 121).

A formação do professor deve ser percebida numa visão colaborativa e procedimento pedagógico, como forma de compartilhar experiências e saberes e estimular o envolvimento e a responsabilidade no processo de ensino e aprendizagem transformadores e valorativos do saber e do protagonismo do discente com surdez.

A dificuldade dos alunos surdos na aquisição da linguagem e o reconhecimento de que a fala não é o único instrumento utilizado para comunicação, retira do Oralismo o lugar que passa a ser dado à chamada Comunicação Total o que representa a tentativa de preencher as lacunas existentes na educação dos surdos.

Como afirmam Zaniolo e Dali'acqua, *ibidem* (2012), a Comunicação Total era uma forma de permitir o uso de sinais e outros recursos, para que o surdo adquirisse conhecimentos. A gama de informações expostas nos meios de comunicação não romperam paradigmas de conceitos ao longo da história na relação entre a pessoa surda e a importância da cultura surda no desenvolvimento da identidade com o meio e a inclusão (ZANIOLO E DALI'ACQUA, *Ibidem*, p.121, 2012).

Considerando o foco na aprendizagem e na inclusão social do aluno surdo, como centro desse objetivo, há um desafio na busca de informações e construção de novos saberes diante da dinâmica social e das transformações.

## Considerações finais

A necessidade de conhecimento abrange não só o aluno ouvinte, mas todas as diversidades humanas exigindo práticas condizentes às dificuldades de cada aluno no contexto do ensino e da aprendizagem e exercer suas diferenças humanas com igualdade.

A história demonstra a evolução na busca dos direitos e do saber abrangendo as diversidades com a integração de alunos com necessidades especiais e a aprendizagem na perspectiva de comunicação e inclusão partindo da convivência em sala de aula onde convivem alunos surdos e não surdos para sua participação na sociedade.

É importante o olhar do professor e de toda a equipe escolar para o público da educação especial. Não apenas como um direito e uma garantia legal, mas pela necessidade de integrar essa parcela da população escolar.

## Referências

ANTUNES, Celso. **Professores e Professores**: Reflexões sobre a aula e as práticas pedagógicas diversas. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BASSO, Sabrina Pereira Soares; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Material Didático para Alunos Surdos**: a literatura infantil em LIBRAS. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 2, p. 491-512, nov. 2012.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município**: Sistema, Conselho e Plano. São Paulo, S.P: Instituto Paulo Freire, 2009. Educação Cidadã 3.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF:MEC; Seed, 2010.

CARNEIRO, Keila Cristiane de Oliveira; ZANIOLO, Leandro Osni. Inclusão escolar na Educação Infantil: E quando “era uma vez” não termina com” ... E foram felizes para sempre? [s.l], 2014.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns**: possibilidades e limitações. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DOMINGOS, Maria Cristina da Silva. **A Inclusão do aluno surdo da educação infantil no ensino regular**. ed 14. editora Arara Azul, Petrópolis, RJ, 2014.

FÁVERO, Maria Helena; PIMENTA, Meireluce Leite. **Pensamento e linguagem**: a língua de sinais na resolução de problemas, (s.l), ( s.n), 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; BERBERIAN, Ana Paula (Org.). **Surdez e Educação Inclusiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília, SP: Oficina Universitária, 2012. 200 p. p.84.

GOMES, Marcio (organizador). **Construindo as Trilhas para a Inclusão**. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONÇALVES, Humberto Bueno Gonçalves; FESTA, Priscila Soares Vidal. **Metodologia do Professor no Ensino de Alunos Surdos**. Ensaios Pedagógicos-Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET ISSN 2175-1773 – dezembro de 2013.

KALATAI, Patrícia. **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil**, [s.l], 2016.

LÜCK, Heloísa *et al.* **A Escola Participativa**: O trabalho do gestor escolar. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MORAN, José Manuel: **Alterações na Forma de Ensinar pelas Mudanças na Educação com a Introdução das Tecnologias**: avanços e impactos no mundo digital. Campinas, SP: Papirus, 2000.

RIGO, Neusete Machado. **Inclusão Escolar**: um olhar sobre normalização e convivência com o outro. v. 21, n. 2, p. 160, UNICAMP, SP, 2019.

RODRIGUES, Zuleide. **Histórico da Educação dos Surdos**. [s.l], artigo publicado em janeiro de 2008.

SILVA, Luzia Oliveira dos Santos. **As Implicações da Deficiência para a Participação Efetiva Escolar**: Práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões, São Paulo, SP; Paulinas, 2014.

SILVA, Neusa Cristina Pereira da. **Transdisciplinaridade, complexidade e a produção de conhecimentos pertinentes para a inclusão educacional**. VIII Congresso Internacional sobre Formación de Profesores de Ciências, Bogotá: 2018.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação Bilíngue para Surdos**: Concepções e implicações práticas. Juruá, Curitiba, PR, 2019.

SOUZA, Evanir Silva de; LORENS, Priscila Gadea. **Políticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**: mapeamento das escolas de ensino fundamental da rede municipal de Santa Rosa, RS-2019.

VIEIRA, Claudia Regina; MOLINA, Karina Soledad Maldonado. **Prática Pedagógica na Educação de Surdos**: o entrelaçamento das abordagens no contexto escolar. Artigos. Educação e Pesquisa, vol.44, São Paulo, SP: Epub 03-Dez-2018.

ZANIOLO, Leandro Osni; DALI'ACQUA, Maria Júlia C. (Orgs). **Inclusão Escolar: Pesquisando Políticas Públicas: Formação de Professores e Práticas Pedagógicas**. Jundiaí- SP: Paco, 2012.

ZANONI, Isabela; SANTOS Emerson Izidoro dos. **Os Reflexos da Comunicação Total na Atual Interação e Comunicação entre Indivíduos Surdos e Ouvintes**. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu - PR – 02 a 05/09/2014 Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, 2014.

ZIESMANN, Cleusa Inês; BATISTA, Jeize de Fátima; LEPKE, Sonize (Orgs). **Formação Humana, Práticas Pedagógicas e Educação inclusiva**. Campina, São.Paulo: Pontes Editores, 2019.

\_\_\_\_\_. **Educação de Surdos em discussão: práticas pedagógicas e processo de alfabetização**- Curitiba-PR, Appris, 2017.



**Como citar este artigo (Formato ABNT):**

COÊLHO, Maria Lúcia; MIGUEL, Joelson Rodrigues. A Evolução na Educação dos Surdos no Brasil. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 242-259. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 31/03/2020.

Aceito: 05/04/2020